

CORPO NEGRO E A ABJUNÇÃO DO PODER COLONIAL: O QUILOMBO ENTRE FISSURAS E RESISTÊNCIAS

BLACK BODY AND THE ABJUNCTION OF COLONIAL POWER: THE QUILOMBO BETWEEN FISSURES AND RESISTANCES

Camila de Freitas Moraes

Psicóloga, Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos (UCPEL).

E-mail: camilapsi.moraes@yahoo.com.br

Cristine Jaques Ribeiro

Assistente Social e Doutora em Serviço Social (UCPEL).

E-mail: cristinejrib@gmail.com

Winicius Martins Nunes

Estudante do terceiro ano do Ensino Médio da Escola Érico Veríssimo.

E-mail: winiciusmartinsnunes@gmail.com

Resumo

O artigo propõe uma discussão em dois momentos distintos: primeiro, aborda a colonialidade como uma forma de poder que disciplina e marginaliza corpos e culturas não-brancas, e, em seguida, explora o conceito de quilombo como um processo de pertencimento, descolonização e emancipação para esses grupos afetados. Utilizando perspectivas anti-hegemônicas e decoloniais, a metodologia destaca autoras e autores que contestam as narrativas dominantes e assim, possibilitam que às experiências dos corpos apreendidos enquanto marginalizados possam ser dizíveis e visibilizados. Ao analisar o racismo e o quilombo, o artigo busca revelar as dinâmicas de exclusão e silenciamento que ainda permeiam na sociedade contemporânea. O quilombo é apresentado como uma possibilidade de resistência e fissura nas estruturas de poder e saberes que perpetuam a opressão. Destaca-se a urgência de enfrentar essas estruturas opressivas e promover uma mudança significativa na busca por igualdade e justiça social, sobretudo, para os corpos negros.

Palavras-chave: Colonialidade, Racismo, Quilombo, Resistência.

Abstract

The article proposes a discussion in two distinct moments: first, it addresses coloniality as a form of power that disciplines and marginalizes non-white bodies and cultures, and, second, it explores the concept of quilombo as a process of belonging, decolonization and emancipation for these affected groups. Using anti-hegemonic and decolonial perspectives, the methodology highlights authors who contest dominant narratives and thus enable the experiences of marginalized bodies to be spoken and made visible. By analyzing racism and quilombo, the article seeks to reveal the dynamics of exclusion and silencing that still permeate contemporary society. The quilombo is presented as a possibility of resistance and fissure in the structures of power and knowledge that perpetuate oppression. The urgency to confront these oppressive structures and promote significant change in the search for equality and social justice, especially for black bodies, stands out.

Keywords: Coloniality, Racism, Quilombo, Resistance.



1. INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a constância da colonialidade mesmo após o fim da colonização é basilar para compreender as estruturas de poder e dominação que ainda operam em nossa sociedade. A colonialidade não se limita apenas aos aspectos históricos ou geográficos, mas permeia intensamente as estruturas sociais, econômicas, psicológicas, culturais e políticas, moldando relações de poder e instituindo disparidades em níveis globais e locais.

E na atualidade, há uma remontagem desse sistema, onde o cenário de opressão e exploração presentes na colônia, as quais impediam que os corpos negros gozassem de liberdade, dignidade e a autodeterminação, se reinventam sob a mesma égide de exploração, que atravessa desde o desemprego, o perfilamento racial, o encarceramento em massa de pessoas negras, a dificuldade no acesso à saúde; a limitada representatividade de pessoas não brancas em instituições ou em cargos de liderança, sendo essas algumas das reinvenções coloniais presentes na sociedade atual.

Portanto, ao se pensar o corpo negro e consequentemente, a compreensão do racismo como algo que vai além do indivíduo e que está presente nas estruturas sociais, torna-se essencial, uma análise mais aprofundada e crítica sobre tal questão, para se reconhecer a dimensão histórica e inconsciente do racismo, onde seja possível examinar como ele se manifesta nas instituições, nas políticas públicas, nas representações culturais e nas relações interpessoais, possibilitando a identificação de mecanismos e padrões que perpetuam a desigualdade racial e a discriminação. Por outro lado, liberta-se desse poder colonial possibilita com que os corpos negros possam não tão somente fissurar a hegemonia eurocentrada, bem como, construir novas composições que permitam o florescimento de práticas e conhecimentos subalternizados pelos modelos ocidentais. Nesse sentido, o quilombo é percebido como um espaço de resgate e celebração da ancestralidade negra, onde as comunidades historicamente marginalizadas e violentadas podem reconstruir e afirmar suas identidades culturais. Ao valorizar seus saberes tradicionais, práticas culturais e formas de organização social, as comunidades quilombolas buscam fortalecer sua autonomia e autodeterminação (Júnior, 2018)

2. CORPO CARICATURA: NA CONSTRUÇÃO DO NÃO-SER

A caricatura será aqui utilizada enquanto metáfora, para exprimir o modo imódico do processo colonial, que buscou não só apagar, bem como, animalizar os traços materiais e simbólicos do corpo negro. E isso implica em dizer, que a diáspora negra se constitui no corpo e se funda nas Américas, sobretudo, no Brasil, a partir da narrativa colonial diante do projeto contíguo de tomar tais corpos como objetos e exterminá-los, inserindo-os assim, sob o signo do aniquilamento.

Para Nogueira (1998):

De fato, os atributos físicos que caracterizam o negro, e mais particularmente, a cor da pele, expressam as representações que, historicamente, associam a essas características físicas atributos morais e/ou intelectuais que vão corresponder, no espectro das tipificações sociais, aquilo que se instaura na dimensão do distante, ou seja, aquilo que expressa o que está além do conjunto dos valores nos quais os indivíduos se reconhecem. Nessa rede, negro e branco se constituem como extremos, unidades de representação que correspondem ao distante — objeto de um gesto de afastamento — e ao próximo, objeto de um gesto de adesão. Dessa forma, a rede de significações atribuiu ao corpo negro a significância daquilo que é indesejável, inaceitável, por contraste com o corpo branco, parâmetro da auto-representação dos indivíduos (Nogueira, 1998:46).

Na esteira do debate, a concepção do corpo negro nesse aspecto, vai além da sua dimensão física, transcendendo os aspectos biológicos. Pois se reconhece que, desde a invasão colonial, os corpos negros carregam consigo os significados simbólicos da violência e da morte. Essa carga simbólica está enraizada nas relações históricas entre a colonização e a contemporaneidade, especialmente na América Latina, com destaque para o Brasil, onde as assimetrias são particularmente evidentes.

Frente à essa questão, Quijano (2005) argumenta que a América foi o primeiro espaço/ tempo a ser inserido no novo padrão de poder mundial, tornando-se a primeira identidade da modernidade. Ele destaca dois processos históricos que foram basilares para a produção desse novo espaço/tempo e para o estabelecimento do poder colonial: a codificação das diferenças entre colonizadores e colonizados com base na ideia de raça e a articulação de todas as formas de controle de trabalho, recursos e produtos.

O primeiro processo refere-se à construção de uma hierarquia racial que posicionava os colonizados em uma suposta situação natural de inferioridade. Por meio desse novo padrão de poder, a população da América e posteriormente do mundo foi classificada e estratificada com base na raça. Essa codificação das diferenças raciais foi uma estratégia utilizada pelos colonizadores para legitimar e perpetuar a dominação, aniquilação e a exploração dos povos colonizados.

Já o segundo processo faz referência à forma como o controle do trabalho, dos recursos e dos produtos foi estruturado. A colonialidade do poder está intrinsecamente ligada à colonialidade do ser, ou seja, para o corpo negro a subjugação não se limita apenas à exploração econômica, mas também afeta suas identidades, subjetividades e formas de ser. A colonialidade do poder permeia todos os aspectos da vida dos corpos racializados, moldando suas relações sociais, culturais, políticas e econômicas (Quijano, 2005; Martí, 1983).

Reitera-se então, que no contexto latino-americano, as relações entre a história colonial e a contemporaneidade ainda revelam desigualdades significativas. Essas desigualdades são especialmente visíveis quando se trata do corpo negro e das diversas dinâmicas culturais, psicológicas, sociais, políticas, educacionais e urbanas vivenciadas a partir do

processo de racialização. Assim, Fanon (2008), argumenta que a colonização e a escravidão impuseram uma ruptura com a dialética da humanidade para os corpos negros, ao atribuí-los aos significantes demonizados, subalternos, animais e brutais. Esses significantes foram internalizados pelo imaginário social, reforçando a inferiorização e estigmatização do corpo negro nessa construção de não-ser

Nessa perspectiva, Césaire (1978) em sua obra "Discurso sobre o colonialismo" explica os diferentes aspectos do colonialismo e sua influência na sociedade. O autor descreve a colonização como uma espécie de "testa de ponte" para uma civilização marcada pela barbárie, na qual a negação completa e simples da civilização pode insurgir a qualquer momento, argumentando ainda, que o colonialismo é uma forma de opressão que desumaniza tanto os colonizados quanto os colonizadores, por justamente, ser marcada por brutalidade e violência, resultando na negação da própria civilização que os colonizadores afirmaram ou desejavam representar nos territórios colonizados.

Nesse seguimento, denota-se que, na relação escravocrata colonial no Brasil, o atributo essencial da soberania era o direito de decidir sobre a vida e a morte dos corpos escravizados. Nesse contexto, a vida e a morte não eram consideradas fenômenos naturais, independentes do poder político. Era somente por meio do soberano, ou seja, do senhor, que o sujeito escravizado teria o direito de estar vivo ou de estar morto, isto é, o poder do senhor ia para além da propriedade e exploração dos corpos escravizados, chegando até a imposição e execução de penas e castigos (Carneiro, 2005).

Essa dinâmica de poder escravocrata colonial revela a violência extrema e a negação da humanidade dos corpos escravizados, submetidos à vontade arbitrária e ao poder absoluto dos senhores. Essa relação desigual e violenta entre o senhor e o corpo escravizado é um elemento central para entendermos a história e as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira.

Diante dessas colocações, Mbembe (2018), confirma que essa estrutura colonial resultou em uma herança nefasta para os corpos negros, caracterizada pela exclusão, pela negação de direitos sociais fundamentais e pela falta de acesso a recursos como educação, saúde e trabalho digno. Essas iniquidades são reflexos das desigualdades históricas e estruturais enraizadas na matriz colonial, que perpetuam a marginalização e a discriminação ainda na contemporaneidade.

Assim, Schwarcz (1996), ainda sinaliza:

Fazer história não é um exercício exclusivo do passado ou numerar heróis em lugar de questões que levem a nossa própria reflexão. A escravidão existente no Brasil faz parte do passado e do presente, já que se inscreve em nossas religiões mestiças, em nossos costumes e preconceitos (Schwarcz, 1996:14).

Schwarcz (1996) destaca então, que fazer história não se resume a olhar apenas para o passado ou simplesmente listar heróis e acontecimentos históricos, mas implica em refletir sobre questões que nos afetam diametralmente. No contexto brasileiro, a autora aponta que a escravidão não se limita ao passado, mas tem reflexos e influências presentes na sociedade brasileira, uma vez que, a aniquilação simbólica e física do corpo negro foi fundamentada frente a essa construção dicotômica entre a suposta civilidade do homem branco europeu e a suposta barbárie do corpo negro colonizado. Essa representação negativa e desumanizante do corpo negro, enraizada na lógica colonial, persiste até os dias de hoje e se reflete em diversas manifestações de poder e opressão (Mbembe, 2018; Schwarcz, 1996).

Indubitavelmente a violência colonial e pós-colonial, embasada em ideologias racistas, deixou marcas profundas que são refletidas nas desigualdades socioeconômicas, culturais, políticas e psicológicas, que vão desde os altos índices de violência, na falta de representatividade política, na discriminação racial e nas oportunidades negadas à população negra. Portanto, é importante realinhar a lógica e destacar que a resistência não é uma entidade separada ou anterior ao poder, mas sim uma força coextensiva a ele. A resistência surge e se desenvolve em resposta às formas de opressão e dominação presentes na sociedade, sendo (re) atualizadas ao poder que enfrentam. Essas resistências podem ser encontradas nas mobilizações antirracistas, na produção de conhecimento crítico, nas organizações comunitárias, nas práticas de autoafirmação e valorização da cultura negra, nas lutas por direitos e justiça social, e fundamentalmente, nos quilombos.

Isto é, a resistência e a fissura contra hegemônica se manifesta em diferentes esferas da vida cotidiana, nas lutas políticas, nos movimentos sociais, nas produções culturais e artísticas e em outras práticas que buscam subverter, descolonizar, questionar e transformar as estruturas de poder que perpetuam a reinvenção do poder colonial sobre os corpos negros.

Porquanto, desafiar a ordem hegemônica e as representações negativas atribuídas ao corpo negro é dar visibilidade e dizibilidade às experiências e perspectivas negras, é atuar na contramão do poder colonial, uma vez que, as múltiplas formas de resistências raciais atuam enquanto estratégias de promoção de vida, de respiro, cuidado e existência.

3. O QUILOMBO COMO PROPULSÃO DE VIDA E RESISTÊNCIA

Ao discutir acerca da questão do quilombo, estamos reconhecendo e destacando a importância das comunidades negras na história e na resistência contra a opressão racial fundada e abalizada desde o processo colonial. Ao destacar a trajetória dos quilombos, para além de seu espaço físico, também estamos chamando a atenção para a persistência das práticas discriminatórias na sociedade contemporânea e aos modos de resistência da população negra.

Para Nascimento (2018) o quilombo se apresenta:

[...] fundamentalmente como uma condição social, ele não se esgota no militarismo, na guerra que foi feita em relação àquela que ele reagiu, mas a estrutura do quilombo, o que realmente singulariza o quilombo, é que ele é um agrupamento de negros, que o negro empreende, que aceita o índio dentro dessa estrutura e que não foi aceito nunca dentro da sociedade brasileira, como ainda não é aceito até agora. A aceitação da cultura negra, da cultura índia, como uma coisa brasileira, realmente, como uma coisa dominante, não é aceita (Nascimento, 2018:126).

Observa-se então, que no contexto da diáspora africana no Brasil, houve e ainda há tentativas de romper os laços culturais das comunidades africanas, visando enfraquecer sua identidade e autonomia. Esse processo é uma estratégia de controle do território e das populações, pois enfraquece a conexão das comunidades com suas raízes históricas e culturais. Mas, mesmo diante das tentativas de supressão sociocultural, as comunidades afrodescendentes quilombolas conseguiram preservar muitas de suas tradições, que vão desde as práticas religiosas, músicas, danças, culinária, histórias aos rituais que foram transmitidos oralmente de geração em geração. Essas formas de resistência sociocultural foram essenciais para manter viva a identidade das comunidades afrodescendentes e para fortalecer seu senso de coletividade, pertencimento e práticas de cuidado. (Bosi, 1994)

Isto é, os saberes tradicionais são fundamentais para se entender o papel dos quilombos como espaços de resistência e preservação da vida na experiência afrodiaspórica brasileira. Nos quilombos, as comunidades negras desenvolvem e praticam sistemas de cuidados complexos que abrangem não apenas a saúde física, mas também o bem-estar emocional, espiritual e social de seus membros. (Lacerda, 2017)

Acerca disso, explana-se algumas práticas tradicionais de cura, conhecimentos sobre o uso de plantas medicinais, rituais de fortalecimento espiritual, apoio emocional mútuo e solidariedade comunitária. Elas são desenvolvidas a partir das experiências históricas e das necessidades específicas das comunidades quilombolas, refletindo uma compreensão holística da saúde e do cuidado. (Costa, 2012)

Além disso, os quilombos não são apenas espaços de sobrevivência, mas também de resistência ativa contra o racismo, a opressão e a marginalização. Ao se reunirem em comunidades autossustentáveis e solidárias, os quilombolas afirmam sua identidade cultural, fortalecem seus laços sociais e reivindicam seu direito à terra e à autonomia.

Portanto, compreender o papel estratégico da cultura negra na sociedade, sobretudo, a do quilombo, é fundamental para entender as dinâmicas de poder, hegemonia e resistência. Pois, ao analisar as formas como as ideias e valores são representados na sociedade, podemos desvendar tanto as complexas relações de poder, como identificar as estratégias de resistência e contestação.

Assim, denota-se que, os saberes tradicionais estão imbricados em diversas dimensões da experiência humana, incluindo aspectos epistemológicos (relacionados ao conhecimento), axiológicos (valores), históricos, socioculturais, cotidianos, corpóreos e materiais. Elas são parte integrante dos modos pelos quais os seres humanos interagem com o mundo ao seu redor (Pinto, 2005).

Nesse contexto, a compreensão dos saberes tradicionais exige o reconhecimento da alteridade presente no mundo, ou seja, da diversidade de experiências, perspectivas e conhecimentos que caracterizam as diferentes culturas e sociedades. Isso implica em considerar como as tecnologias e as formas de cuidado são moldadas por e para as relações sociais, culturais e ambientais em que estão inseridas.

É com essa compreensão de "saber" que o quilombo surge como uma possibilidade de resistência e propulsão de vida, logo, tal conceito é basal para poder se compreender a experiência afrodiaspórica brasileira. (Costa, 2012)

Assim, o termo quilombo, de origem bantu, está intrinsecamente ligado à prática guerreira e aos processos sociais e rituais que constituíam sua comunidade. Essa compreensão amplia nossa visão sobre a complexidade e a riqueza cultural das sociedades africanas pré-coloniais, destacando a importância dos quilombos como espaços de resistência e organização social. (Nascimento, 2018)

Dito isso, afirma-se que a natureza polissêmica das línguas bantu é fundamental para entender o significado do termo quilombo nesse contexto específico. De acordo com Nascimento (2018), o termo quilombo na África, sobretudo, em Angola, assumia diversos significados entre os Imbangala, nomeando não apenas o espaço físico onde a comunidade se estabelecia, mas também o rito de iniciação que assimilava guerreiros de diferentes etnias ao grupo Imbangala. Além disso, a palavra quilombo também podia se referir ao próprio processo de incorporação dos indivíduos à sociedade Imbangala. (Nascimento, 2018; Costa, 2012)

Já no território brasileiro, o termo "quilombo" foi associado aos estabelecimentos de pessoas negras escravizadas que haviam fugido da violência orquestrada pelos colonizadores. Essa definição, propagada pelo sistema escravocrata, refletia uma compreensão racista, preconceituosa e criminalizadora da instituição quilombola. O governo e as autoridades coloniais descreviam os quilombos como locais habitados por negros fugidos, estabelecendo critérios quantitativos e desqualificadores para definir o que seria considerado um quilombo, como o número mínimo de pessoas e a presença de estruturas físicas específicas.

Essa definição, embora tenha sido imposta pelo sistema dominante no período colonial, não refletia a verdadeira natureza e função dos quilombos na experiência afrodescendente. Para as pessoas negras envolvidas os quilombos representavam para além de espaços físicos, um lugar de resistência, autonomia e preservação da cultura africana, além

de serem refúgios contra a brutalidade e a violência oriundas do processo de escravização. (GORENDER, 1985)

Nessa lógica, Beatriz Nascimento (2018), ao definir o quilombo no território brasileiro, reconhece sua importância como uma forma de resistência e organização dos negros na luta pela manutenção de sua identidade pessoal e histórica. O quilombo, ou kilombo, representa um marco significativo na capacidade de resistência das comunidades negras diante da opressão colonial e escravista.

As comunidades quilombolas se em outrora atuavam como espaços de refúgio e autonomia, onde as pessoas negras podiam preservar suas culturas, tradições e línguas, além de desenvolver formas de organização social e política que desafiavam as estruturas de poder estabelecidas. Hoje, na contemporaneidade, o quilombo atua como espaço que proporciona oportunidades para a expressão e celebração da identidade negra no Brasil e desempenha um papel crucial no processo de reconhecimento e autoafirmação étnica e nacional da população negra, ou seja, um lugar onde a cultura e a resistência operam, uma vez que, o quilombo representa uma brecha no sistema de opressão em que os negros historicamente estiveram submetidos, oferecendo um espaço/ um território que busca promover a valorização e o fortalecimento da identidade cultural negra.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da posição historicamente díspar frente as relações de poder que marginalizam e mortificam corpos, territórios e culturas não-brancas, as comunidades quilombolas têm lutado desde então, pelo direito de serem agentes de sua própria história. Essa luta não se restringe apenas à busca pela garantia do direito à terra, mas também envolve a afirmação de sua identidade, autonomia e dignidade frente às pressões e injustiças enfrentadas ao longo dos anos. É uma batalha por reconhecimento, justiça e igualdade, que visa não apenas garantir a sobrevivência física e cultural dessas comunidades, mas também reafirmar seu papel ativo na construção de uma sociedade decolonial.

Desse modo, é fundamental romper com a visão eurocêntrica e ocidentalizada do conhecimento científico, que tende a impor critérios de cientificidade que excluem outras formas de saberes, culturas e perspectivas. Reconhecer e valorizar os conhecimentos e espaços ancestrais é um passo importante para promover um processo rumo à descolonização, a justiça social, a valorização epistêmica e respeito pela diversidade do ser, do saber e da cultura.

Isso implica em abrir espaço para diálogos interculturais, aprender com as sabedorias tradicionais e reconhecer a importância das múltiplas formas de conhecimento na compreensão do mundo, já que, essa perspectiva reconhece que as culturas não ocidentais possuem suas próprias potências e saberes, que foram subestimados ou ignorados devido

à influência dominante do ocidente. Para criar outras estruturas, é necessário romper com a hegemonia e com as práticas subalternizadas, possibilitando assim, o florescimento de novas formas de conhecimento, de expressões culturais e de pertencimento.

O quilombo se revela como um espaço fundamental para reivindicar a existência do povo negro em toda a sua diversidade. Além de ser um local de resistência e afirmação da identidade negra, ele oferece o poder de fortalecer essa identidade coletiva, proporcionando um ambiente de empoderamento e luta por dignidade, existência e fortalecimento cultural. É um espaço onde as múltiplas nuances da experiência negra são valorizadas e celebradas.

5. REFERÊNCIAS

- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.
- CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005, São Paulo. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COSTA, E. S. (2012). **Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira** (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.
- GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1985.
- JUNIOR, L. R, .R. **“Pedagogia das encruzilhadas”**. Periferia, v. 10, n. 1, 2018.
- MARTÍ, J. **Nossa América**. São Paulo: HUCITEC, 1983.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- NASCIMENTO, M. B. (1942-1995). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. UCPA (Org.). Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- NOGUEIRA, I. B. **Significações do Corpo Negro**. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.
- PINTO, A. V. **O conceito de tecnologia**. Volume I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgar Lander (org.). Coleção Sur Sur, CLACSO. Rio de Janeiro: 2005.

SCHWARCZ, L.M. **Ser peça, ser coisa: definições e especificidades da escravidão no Brasil**. Negras Imagens: Ensaio sobre Cultura e Escravidão No Brasil. Tradução. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.

Histórico

Recebimento do original: 24/02/2024.

Aceitação para publicação: 15/03/2024.

Como citar – ABNT

MORAES, Camila de Freitas; RIBEIRO, Cristine Jaques; NUNES, Winicius Martins. Corpo negro e a abjunção do poder colonial: o quilombo entre fissuras e resistências. **Revista PsiPro / PsiPro Journal**, v. 3, n. 2, 2024.
<https://doi.org/10.5281/zenodo.10901620>